

ESCÂNDALO/RAMIFICAÇÕES

Obra em prisão amplia suspeitas sobre Roriz

*Relatório do TCU
acusa primo do
governador de apoiar
acerto de empreiteiras*

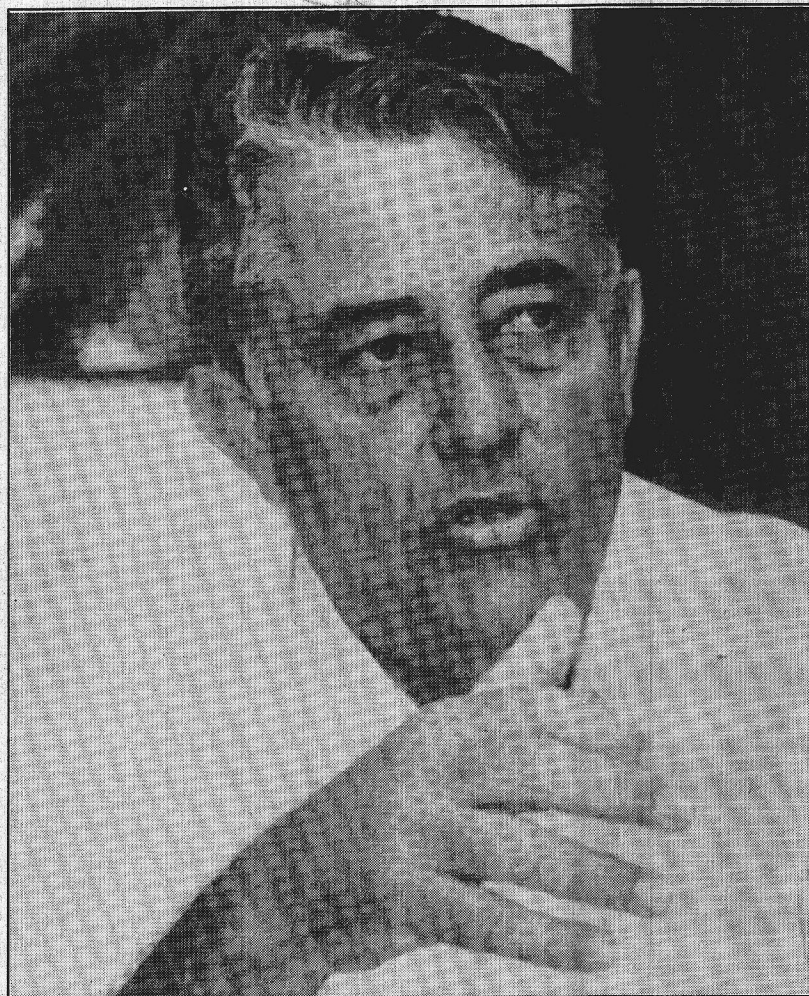
**GUILHERME EVELIN
e MARA BERGAMASCHI**

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento recebeu uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que indica o envolvimento da Construtora Argon, do deputado distrital Tadeu Roriz (PP), com um grupo de empreiteiras acusadas de superfaturar obras de ampliação da Penitenciária da Papuda. O deputado é primo do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), e as obras foram financiadas com recursos federais.

O relatório do TCU, feito a pedido da subcomissão de emendas da CPI, torna ainda mais crítica a situação do governador nas investigações do escândalo do Orçamento. Roriz ainda deve à CPI explicações para a origem de sua movimentação bancária e seu patrimônio, avaliado por ele próprio em US\$ 20 milhões. Não haverá tempo para a CPI do Orçamento continuar as investigações sobre Roriz, que deverão ser retomadas pelo Ministério Público Federal quando ficar pronto o relatório final da comissão, previsto para dia 24.

Segundo a auditoria do TCU, dez empreiteiras fizeram um acerto para que a Construtora OAS ganhasse a concorrência para construir o setor C da penitenciária, com preço superfaturado entre 60% e 100%. Além da Argon, o TCU aponta a participação das empreiteiras Via Engenharia, Sergen, Serveng-Civilsan, Norberto Odebrecht, Ecocil, Estacon, Andrade Gutierrez e M. Martins no acerto.

Os auditores do TCU apuraram que uma mesma pessoa retirou cópias do edital da concorrência para cinco das dez participantes da licitação. Sete das nove concorrentes perdedoras apresentaram pro-



Dúvidas sobre conta bancária e patrimônio pesam sobre Roriz

postas com preços que obedeciam a uma variação idêntica em relação aos preços oferecidos pela OAS. Todos os preços da Argon, por exemplo, apresentaram uma variação de 112,58% em comparação com os da OAS. Os da Odebrecht apresentaram uma variação constante de 109,04%.

Duas empreiteiras — a Estacon e a M. Martins — não apresentaram preços proporcionais aos da OAS, mas suas propostas foram consideradas absolutamente inconsistentes, do ponto de vista técnico. “Esse fato pode ser percebido como parte do acerto, pois é eviden-

te que as mesmas não estavam concorrendo com seriedade”, diz o relatório. Segundo os auditores, a hipótese mais provável é que a OAS tenha preparado as propos-

tas apresentadas por outras empresas na concorrência. Esse tipo de operação é comum entre as empreiteiras. As falsas concorrentes costumam ser premiadas pela vencedora com comissões sobre o valor da obra.

O engenheiro Nathaniel Pelegrino, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, contestou ontem a auditoria do TCU. Ele afirmou que o órgão pode ter cometido enganos ao comparar os

custos das obras do presídio com os de uma obra residencial. “Numa penitenciária, os custos de uma parede de um presídio de segurança máxima, à base de concreto armado, são de 2 a 3,5 vezes superiores aos de um apartamento comum”, afirmou. Ele disse que a obra está sendo fiscalizada pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Justiça.

Garantia — Os auditores verificaram também que o governo do Distrito Federal aceitou que a OAS apresentasse como fiadora a Coesa Comércio e Engenharia Ltda., empresa da qual a própria empreiteira é acionista majoritária. Pelegrino admitiu que há irregularidades na carta de garantia apresentada pela OAS, mas garantiu que a empreiteira está providenciando novo fiador, que deve ser apresentado ainda nesta semana. “Desta vez, estamos exigindo uma carta de garantia bancária para que não haja dúvidas”, disse.

A OAS ofereceu uma garantia de valor irrisório, que durante quase um ano não sofrerá qualquer tipo de correção monetária, enquanto a inflação ultrapassou os 2.500% só em 1993. A reforma da Papuda é alvo de investigações do Congresso desde 1990, quando foi instalada a CPI das Obras Públicas. Essa CPI constatou indícios de superfaturamento nas obras do presídio e na construção do Hospital do Paranoá, patrocinada pelo governo Roriz com verbas do Ministério da Saúde.

A CPI do Orçamento decide hoje de manhã, em sessão secreta, a quebra do sigilo bancário do fantasma Wanderlan Dias Soares, de Valdivino Vieira Pinheiro, capataz da fazenda do governador Roriz, e do jornalista Ronaldo Junqueira. Todos têm envolvimento com a movimentação bancária de Roriz. O fantasma Wanderlan movimentou nos últimos cinco anos US\$ 735,8 mil e Valdivino, US\$ 990,2 mil. Também poderá ser quebrado o sigilo da Fundação Essência e de Joana D’Arc, presidente da entidade, beneficiada por convênio que Roriz assinou com o Ministério da Ação Social no governo Collor.

**AUDITORIA
VÊ ACRÉSCIMO
DE ATÉ 100%
EM PREÇOS**